

PORTUGAL, BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA

INTRODUÇÃO

Na última década, as economias tornaram-se em toda a parte interdependentes, introduzindo uma nova forma de relação entre a Economia, o Estado e a Sociedade, num sistema de geometria variável.

O aumento do volume do comércio internacional, a integração dos mercados financeiros, a internacionalização das estratégias empresariais contribuíram para o aparecimento de uma nova época, qualitativa e quantitativamente diferente, assente num mercado global único.

A extinção da União Soviética e com ela o desmoronamento do comunismo internacional abalou a contestação histórica do capitalismo (alguém chegou a anunciar “o fim da História”), libertou, finalmente, a esquerda política da atracção fatal do marxismo-leninismo, pôs fim à Guerra Fria, atenuou fortemente os riscos de um holocausto nuclear e transformou radicalmente a geopolítica mundial.

O capitalismo conheceu uma reestruturação total, caracterizada por uma gestão mais flexível; por um domínio crescente do capital sobre o trabalho, a gerar um intenso declínio do movimento operário, a individualização e diversificação crescente das relações de

trabalho e a integração maciça das mulheres no estatuto de assalariadas, em condições geralmente discriminatórias; pelo dismantelamento do Estado-Providência e pela aceleração da concorrência económica mundial, enquanto se diversificam cada vez mais as áreas geográficas e culturais em que se acumula e gere o capital.

Com esta revisão geral do sistema capitalista, como escreveu Manuel Castells (*The Rise of the Network Society*, 1, Oxford, 1996), que estamos a seguir, assistimos à integração planetária dos mundos financeiros; ao desenvolvimento dos países da Ásia-Pacífico, recentemente transformados no novo centro industrial mundial dominante, mesmo se as últimas perturbações parecem questionar o “milagre asiático”; à lenta e difícil unificação económica da Europa; à diversificação e desintegração do chamado Terceiro Mundo; à transformação acelerada da Rússia e dos países da Europa de Leste em economias de mercado; à inserção de sectores económicos essenciais do mundo inteiro num sistema interdependente, funcionando como uma unidade em tempo real.

O mundo nas últimas décadas tornou-se multipolar. Mas não será que os três clássicos pólos, americano, japonês e europeu, parecem evoluir rapidamente para a construção de um só pólo dominante?

Não será que as três economias-mundo se encontram em vias de dar origem a uma só economia mundial liderada por um só protagonista?

Neste processo de mundialização, que se traduz não apenas por uma maior abertura das economias às trocas internacionais, como também, mais profundamente, pela interpenetração dos sistemas produtivos internacionais, quem beneficia em primeiro lugar? A globalização de que todos falamos, não é a globalização orientada pelos Estados Unidos da América, a grande vencedora da Guerra Fria?

Primeira potência económica, os Estados Unidos são também, incontestavelmente, a primeira potência militar, a única superpotência capaz de se projectar por todo o planeta com uma superioridade industrial, tecnológica e operacional esmagadora.

Será possível contrariar esta realidade, atenuar o peso hegemónico de uma só potência, afirmar outros pólos dominantes, enfim, regular a globalização?

Não importa agora discutir se a globalização/mundialização é um fenómeno novo ou velho.

O que importa agora sublinhar é que a iniquidade da distribuição da riqueza mundial se agravou nas duas últimas décadas: segundo o Relatório do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas em 2001 (PNUD, 2001), mais de 1,2 biliões de pessoas (pouco menos de 1/4 da população mundial) vivem na pobreza absoluta, ou seja,

com um rendimento inferior a um dólar por dia e outros 2,8 bilhões vivem apenas com o dobro desse rendimento. Segundo o Relatório do Desenvolvimento do Banco Mundial de 1995, o conjunto dos países pobres, onde vive 85,2% da população mundial, detém apenas 21,5% do rendimento mundial, enquanto o conjunto dos países ricos, com 14,8% da população mundial, detém 78,5% do rendimento mundial.

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano do PNUD relativo a 1999, os 20% da população mundial a viver nos países mais ricos detinham, em 1997, 86% do produto bruto mundial, enquanto os 20% mais pobres detinham apenas 1%. Segundo o mesmo Relatório, mas relativo a 2001, em 1/5 dos países mais ricos concentram-se 79% dos utilizadores da Internet. As desigualdades neste domínio demonstram quão distantes estamos, por exemplo, de uma sociedade de informação verdadeiramente global. A largura da banda de comunicação electrónica de São Paulo, uma das sociedades globais, é superior à de África no seu todo. E a largura da banda usada em toda a América Latina é quase igual à disponível para a cidade de Seul (PNUD, 2001).

Nos últimos trinta anos a desigualdade na distribuição dos rendimentos entre países aumentou dramaticamente. A diferença de rendimentos entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre era, em 1960, de 30 para 1, em 1990, de 60 para 1, e em 1997, de 74 para 1. As 2000 pessoas mais ricas do mundo aumentaram para mais do dobro a sua riqueza entre 1994 e 1998. A riqueza dos três mais ricos bilionários

do mundo excede a soma do produto interno bruto dos 48 países menos desenvolvidos do mundo (PNUD, 2001).

A concentração da riqueza pela globalização neoliberal atinge proporções escandalosas nos países que têm liderado a aplicação do novo modelo económico dos EUA. Já no final da década de oitenta, segundo dados do Federal Reserve Bank, 1% das famílias norte-americanas detinha 40% da riqueza do país. Segundo o Banco , esta concentração não tinha precedentes na história dos EUA, nem comparação com outros países industrializados (Mander, 1996).

Apesar do aumento chocante da desigualdade entre países pobres e países ricos, apenas 4 destes últimos cumprem a sua obrigação moral de contribuir com 0.7% do Produto Interno Bruto para a ajuda ao desenvolvimento. Aliás segundo dados da OCDE, esta percentagem diminuiu na última década. O mais perverso dos programas de ajuda interna nacional é o facto de eles ocultarem outros mecanismos de transferências financeiras em que os fluxos são predominantemente dos países mais pobres para os países mais ricos.

O Fundo Monetário Internacional não funciona, em última análise, como a instituição que garante que os países pobres , muitos deles cada vez mais pobres e endividados, paguem as suas dívidas aos países ricos (Estados, bancos privados, agências multilaterais) nas condições (juros, por exemplo) impostas por estes?

É no âmbito deste quadro sombrio das desigualdades provocada pela globalização, que importa analisar as relações de Portugal com o Brasil, no quadro mais amplo da União Europeia e da América Latina.

Com efeito, mais do que discutir a História comum, que ninguém pode alterar, entendemos, sim, preocupar-nos com o presente e com o futuro das relações entre Portugal e o Brasil, de forma a conhecermos melhor os dois países e a partir desse conhecimento, contribuirmos para um relacionamento mais estreito e mais profundo entre as duas nações e a Europa e a América Latina.

É que as imagens recíprocas de cada país, assentes em frases feitas ou princípios estereotipados, são ainda relativamente desfocadas, não nos permitindo ver com nitidez e profundidade os dois espaços atlânticos, o que é compreensível, devido ao relacionamento formal que caracterizou, nas últimas décadas, as relações entre o Brasil e Portugal, situação essa que só nos últimos anos foi alterada, a bem dos dois povos.

Sendo assim, importa perguntar: o que são os dois países ao presente? De que forma é que Portugal e o Brasil têm contribuído para reforçar as relações entre a União Europeia e o MERCOSUL? Que papel lhes está reservado aos dois países, para o aprofundamento das relações Europa – América Latina?

1. Portugal

Portugal, ao presente, com 10 300 000 habitantes, está entre os países do Mundo considerados muito ricos, com um produto nacional bruto que se aproxima dos 8 mil milhões de dólares. Portugal, nesse conjunto de países, ocupa justamente o 34º lugar. No que diz respeito ao produto nacional bruto por habitante, encontramos-nos também entre os países considerados muito ricos, isto é entre os 64 países mais ricos do Mundo, que registam um valor superior a 8 000 dólares por pessoa. Portugal com 10 000 dólares (5 000 € *per capita*) encontra-se no 52º lugar. E quanto ao índice de desenvolvimento humano das Nações Unidas encontrámo-nos entre os países de desenvolvimento humano elevado, onde ocupámos, o 28º lugar.

A inflação regista valores muito baixos, de 4,5% em 2001 (embora fosse o índice mais elevado da União Europeia) e o índice do desemprego, na ordem dos 5%, é um dos mais reduzidos da Europa.

Há, ainda, outros aspectos positivos, para além dos já referidos, que convém salientar. Portugal constitui um dos Estados mais homogéneos do continente europeu, com um só povo, uma só língua, uma só religião. Somos um Estado-Nação antigo e sólido e, como sabemos, é na Nação que reside o próprio fundamento da legitimidade do Estado. Não registamos conflitos fronteiriços e a nossa configuração territorial é a mesma de há séculos.

Finalmente, e não de somenos importância, importa destacar que o português, graças ao Brasil, é uma das línguas europeias mais expandidas do Mundo, falada por cerca de 200 milhões de lusófonos.

Somos, assim, um país de dimensão média, mas, segundo estes indicadores, um país que dispõe de uma economia forte. Somos considerados um país rico à escala mundial, mesmo não esquecendo que somos o país menos desenvolvido da União Europeia.

2. Brasil

O Brasil, pela dimensão do seu território – 8,5 milhões de km², o que lhe dá o 5º lugar mundial -, pelo volume da sua população – 5º lugar mundial – e pelo PNB que regista – 8º lugar mundial -, é hoje uma grande potência, uma das 10 principais potências económicas mundiais. Dispõe de tanto espaço como os EUA e produz quase tanto como os 1 370 mil milhões de chineses.

O Produto Nacional Bruto por cabeça é de 5 000 dólares (1 107 contos) a inflação ronda os 9% ao ano, e o Índice de Desenvolvimento Humano da ONU coloca o Brasil em 70º lugar, isto é, entre os países de desenvolvimento humano médio.

Um país que viu a sua população triplicar nos últimos 50 anos (de 50 para 150 milhões) e que conheceu um dos processos de urbanização mais rápidos do Mundo. Com a sua população concentrada

ao longo da costa atlântica, 80% dos brasileiros vivem nas cidades, 40% em grandes aglomerações urbanas, quase todas litorais.

Um país fortemente industrializado (o sector primário representa apenas 20% da sua população), o que levou à modificação substancial das suas trocas externas, com os produtos industriais a representarem hoje 65% do total das suas exportações.

Um país, assim, que se transformou profundamente nas últimas três décadas, apesar de essa transformação se ter operado de forma selectiva, quer geográfica, quer socialmente.

Por outro lado, o Brasil tornou-se a principal potência do Mercosul, conjunto regional que o Brasil vigorosamente defende contra as tentativas que visam dissolvê-la numa vasta zona intercontinental de livre-comércio, como desejam os EUA.

É certo que o Brasil é também um dos países mais endividados do Mundo. E que ainda se debate com certos problemas que ameaçam, a longo prazo, o seu crescimento, nomeadamente as deficiências da máquina do Estado e as graves disparidades sociais.

Mas o Brasil, dos países emergentes nesta viragem do século e de milénio, revela-se a potência mais sólida e promissora, graças, entre outros factores:

- à sua vasta reserva de território (8,5 milhões de km²), o qual em grande parte, permanece “aberto”;

- à sua homogeneidade cultural veiculada por uma cultura e uma língua comum – que o distingue, por exemplo, dos países andinos seus vizinhos, onde parte da população não fala a língua nacional;
- a uma população jovem, dinâmica e instruída, na qual a classe de idade activa, ao contrário da Europa, é largamente produtiva, cujo crescimento não constitui um problema insanável – como em muitos países da América Latina -, e dotada de recursos humanos qualificados, em que tanto os engenheiros como os médicos e os universitários pedem meças aos europeus.

O modelo de desenvolvimento que permitirá ao Brasil mobilizar todos os seus trunfos para se tornar uma grande potência de parte inteira está ainda por definir. Mas no Brasil, como na Europa reina a convicção de que um grande destino lhe está reservado. A mentalidade pioneira, de fronteira, permanece e continuará, como que a afirmar que, nesta perspectiva, o Brasil ainda é América que incendiou a imaginação dos nossos avós.

3. Portugal e Brasil

É à luz destas realidades que importa ver as nossas relações com o Brasil, o qual, importa sublinhar, precisa menos de Portugal do que Portugal precisa do Brasil.

Portugal constitui uma pequena economia aberta, que continua a depender, em boa parte, da sua capacidade de atracção dos investimentos externos, em ordem a diversificar actividades e reforçar competências, mas que revelou, nos últimos anos, através do sector empresarial, uma significativa capacidade de investimento no estrangeiro, o que permite que o nosso país apresente um padrão de internacionalização próximo dos países desenvolvidos, a situá-lo, no ano de 1998 - 1999, em oitavo lugar, entre os maiores investidores mundiais. Ora, o investimento dos nossos empresários tem privilegiado, fundamentalmente, o Brasil, onde detemos a posição de quarto maior investidor estrangeiro, com particular relevo para as empresas como a EDP, Portugal TELECOM, SONAE, Jerónimo Martins, Caixa Geral de Depósitos, Grupo Espírito Santo, CIMPOR, Grupo Sousa Cintra, etc.

O investimento português no Brasil, subiu extraordinariamente a partir de 1997, representando, hoje, mais de 80% do total dos investimentos feitos no estrangeiro.

Porquê esta súbita redescoberta do Brasil, por parte de Portugal, nestes últimos anos?

Porque o Brasil, face à modernização acelerada de que Portugal foi alvo, por força das exigências decorrentes da nossa integração europeia, passou a funcionar como vector de compensação, de forma a podermos atenuar o preço da opção europeia e a não ficarmos apenas sob a pressão unívoca do exigente mas irrecusável imperativo europeu da modernização e da competitividade.

O Brasil, enquanto pólo económico emergente, perseguindo uma estratégia de inserção na economia global que não decorre de um ajustamento à pressão do seu mercado interno, por força de factores exógenos, não necessita de Portugal enquanto elemento indispensável para actuar na globalização.

Compete, assim, a Portugal – que conjuga uma posição geográfica periférica no contexto europeu com uma posição central no Atlântico, localizando-se no cruzamento dos corredores marítimos e aéreos Norte-Sul, com especial importância para as rotas intercontinentais - desenvolver esforços no sentido de se construir uma verdadeira cooperação/articulação, que saiba harmonizar as políticas económicas nacionais com a complexa inserção global de ambas as economias, no quadro regional que a cada país compete.

4. Papel de Portugal e Brasil

No dealbar do século XXI, torna-se claro que a perspectiva clássica de uma ordem internacional baseada na soberania territorial já não corresponde à complexidade do sistema internacional actual.

Assim, num mundo caracterizado pela crescente globalização e desterritorialização, o fenómeno da integração regional parece emergir como um dos factores essenciais da nova reorganização mundial, caracterizando-se pelo crescimento de fluxos transnacionais desenvolvidos por actores locais, públicos e privados, que ultrapassam as fronteiras para construir novos espaços de comunicação e troca.

Neste quadro, é de essencial importância reflectir sobre as relações entre os diversos espaços regionais que se desenvolvem actualmente, nomeadamente, entre o Mercosul e a União Europeia. Efectivamente, o incremento das políticas de cooperação entre estes dois importantes espaços regionais poderá vir a ser um dos pilares estruturais da sociedade internacional do século XXI.

No âmbito de uma economia mundial globalizada, em que, mais do que Estados serão as empresas, em última análise, a definir as futuras hierarquias, assim como a organização do trabalho, a protecção social e mesmo a evolução do bem-estar à escala planetária, importa saber de que forma é que Portugal e o Brasil podem desenvolver uma estratégia mútua de cooperação, assim como de aproximação entre o Mercosul e a União Europeia, de forma a darem um novo sentido às

relações luso-brasileiras e a ultrapassarem definitivamente as simples e episódicas relações culturais e as afirmações retóricas de circunstância.

Uma estratégia comum de aprofundamento das relações entre os dois países, baseada no princípio da reciprocidade, que passa obrigatoriamente pelos respectivos governos, mas que passa igualmente, para além do mundo empresarial, pelas universidades e centros de investigação portugueses e brasileiros, instituições que têm uma palavra fundamental a dizer quanto à definição das áreas de cooperação prioritárias.

Só assim é que Portugal e o Brasil poderão ser a ponte essencial para a institucionalização de um diálogo mais aberto e mais fecundo entre o Mercosul e a União Europeia, e reatar as mais profundas e intensas relações económicas, sociais e culturais que Portugal teve com qualquer outro país, ao longo da sua história. Só assim é que o Brasil e Portugal, tendo como pano de fundo o Atlântico, onde ambos os países se encontraram e nele continuam, física e simbolicamente, pelo espaço e pela língua, e os espaços regionais em que se inserem, poderão reencontrar-se de novo, e hoje como ontem, marcarem de forma decisiva o sistema internacional.

5. As Relações União Europeia – América Latina

Esta aproximação entre o Brasil e Portugal exemplifica, no plano político, a vontade que os latino-americanos, como os Europeus,

têm manifestado, nas últimas duas décadas, de afirmarem uma presença autónoma na cena internacional. E é a luz dessa afirmação que devemos entender a aproximação entre ambos.

Em Junho de 1999, a conferência da União Europeia-América Latina, por iniciativa da diplomacia francesa e espanhola, teve lugar, no Rio de Janeiro, da qual saiu a declaração final na qual os governos de ambas as regiões afirmaram querer promover e aprofundar as relações em ordem ao estabelecimento de um partenariado estratégico.

Por outro lado, verificamos que, desde 1991, a Conferência ibero-americana se tem reunido todos os anos.

Que significa esta multiplicação de contactos e acordos? Porquê este interesse recíproco? Certamente que por razões de natureza económica, uma vez que a EU é o primeiro parceiro comercial do MERCOSUL, e vários países europeus Alemanha, Espanha, Portugal, França e Inglaterra multiplicaram os seus investimentos directos na América Latina.

Mas também por que há convergência de pontos de vista, quanto aos processos de integração em curso, quanto à evolução desejada dos modelos de democracia, e ainda, quanto à posição dos cidadãos face ao Estado. Convergências que estão a contribuir para o nascimento progressivo de uma relação triangular Europa/América Latina / Estados Unidos.

5.1. Atracção pelos processos de integração

Embora a América tenha iniciado mais tardiamente que a Europa um real processo de integração, a ideia é bem mais antiga. Contudo na década de noventa, a América Latina progrediu extraordinariamente em matéria de integração, Grupo do Rio, Mercosul, Comunidade Andina, Caricom, etc.

O Mercosul foi constituído em tempo record (1991-1995). Apesar das dificuldades actuais, devido à recessão argentina e ao enfraquecimento da moeda brasileira, a verdade é que os quatro países que o compõem têm-se comprometido progressivamente na coordenação das suas políticas sectoriais. Estamos assim longe da concepção estritamente livre-cambista que os Estados Unidos tentam promover. O diálogo entre a América Latina e a UE, quanto à questão da integração é um diálogo frutuoso, dando origem a numerosas realizações conjuntas e a programas euro-latino-americanos nos domínios da educação superior, do investimento, das questões das cidades, etc. O acordo da UE com o Brasil no domínio da C&T está pronto a ser assinado.

5.2. Compromisso com a democracia

A democracia é hoje nos dois continentes o único modelo político legítimo, com excepção de Cuba. Democracia que não se contenta com as eleições livres, por sufrágio universal, individual e

secreto. Democracia que procura garantir os direitos humanos, nomeadamente os direitos das mulheres e das minorias, das identidades culturais indígenas. E por outro lado, a abolição da pena de morte, que apenas a Guatemala e Cuba mantêm.

Na América Latina fala-se muito, de “democracia participativa”, procurando inventar novas formas de cidadania, pelas quais os cidadãos participam directamente nas decisões/opções essenciais das cidades e das comunidades, como acontece, aliás, na Europa. O controle dos políticos e dos dinheiros públicos, assim como a luta contra a corrupção tornaram-se problemas comuns.

5.3. Uma mesma concepção do papel do Estado

Tanto na Europa como na América Latina, a presença do Estado continua a ser desejada, ao contrário dos Estados Unidos em que a maioria dos cidadãos desconfiam do Estado, limitando, a nível nacional ou federal, tanto quanto podem, os seus poderes.

Na América Latina como na maioria dos Estados Europeus, a situação é radicalmente oposta. Estamos verdadeiramente em presença de uma cultura política comum. A América Latina não perdeu, como na Europa a fé no Estado, mau grado a sua crise de legitimidade e os programas de privatização desenvolvidos.

Ainda que as duas regiões considerem que o Estado não deve intervir directamente nos sectores de produção, a verdade é que

entendem que o Estado deve ter um papel decisivo, fixando as regras do jogo económico e financeiro, regulando as relações sociais, orientando os processos económicos.

A pouco e pouco, sobretudo após a queda do muro de Berlim, que alterou a natureza das relações Estados Unidos / América Latina, tornando esta menos dependente daqueles, a Europa e a América Latina redescobriram-se, uma redescoberta que constituiu uma oportunidade para afirmarem as suas especificidades próprias, face à globalização dominada por uma única potência. Fundada no conceito de multipolaridade, nasceu, assim, um diálogo fecundo e promissor.

A Europa encontrou, pela primeira vez, aqui, um interlocutor colectivo partilhando alguns dos seus valores, e animado pelas mesmas preocupações de constituição de conjuntos regionais.

6. Em defesa do Mercosul

Em Março de 2001, Vicent Fox, no Encontro de Quebeque, afirmou que o século XXI será o século da América Latina.

Uma afirmação voluntarista que projecta para a América Latina a evolução positiva que a economia americana conheceu com a NAFTA e que poderá vir a surgir com a Zona de Livre-Troca das Américas (ALCA), prevista para Janeiro de 2005, a qual dará origem a um imenso espaço comercial de 800 milhões de pessoas.

Parece, contudo, ser cada vez menos possível falar de uma entidade designada por “América Latina”, quando temos em consideração que as enormes disparidades de desenvolvimento, dificilmente poderão ser reduzidas, arriscando mesmo a agravar-se, caso a lógica exclusivamente livre-comércio prevalecer no futuro continente americano. É que a Zona de livre-câmbio das Américas, ao contrário do que aconteceu com a construção europeia não prevê políticas regionais de coesão e desenvolvimento, de que países como Portugal, na EU, beneficiaram fortemente, para se aproximarem dos países europeus mais desenvolvidos.

Ora, ao contrário do que define a Constituição dos EUA a nível interno, não se encontra na ALCA qualquer mecanismo de redistribuição de recursos económicos e financeiros, de forma a que a convergência entre os Estados venha a ser progressivamente alcançada.

Se assim não for, como é o que o Haiti, Guatemala, Nicarágua, Equador ou a Bolívia poderão entrar no círculo virtuoso de desenvolvimento?

Não será, pois, a América Latina, “essa abstracção”, na célebre frase de Kissinger, que pesará sob o ponto de vista económico no continente americano.

Um continente dominado pelo enorme poder dos Estados Unidos, unificado, no futuro, pelo comércio e talvez pela moeda. Um continente fortemente diferenciado, com identidades e culturas variadas,

com uma rápida progressão da hispanidade no seio dos Estados Unidos e a redescoberta da “latino-americanidade” ao sul, com países em rápido desenvolvimento mas muitos outros praticamente entregues a si próprios.

No exterior, a diplomacia brasileira foi largamente mobilizada pelo projecto, impulsionado por Washington, desde 1994, para a criação da Zona de Livre-comércio do Alaska à Terra de Fogo.

Os seus oponentes consideram que a generalização das regras da NAFTA acentuará a hegemonia dos EUA, cujo PIB apresenta 71% do continente, e que só as grandes empresas irão funcionar. Se alguns países mais fracos e alguns sectores específicos irão beneficiar com tal processos, o Brasil, concorrente dos EUA (automóvel, aço, produtos alimentares, empresas de construção e de seguros, etc.) mas insuficientemente produtivo e competitivo, corre o risco de uma desindustrialização maciça e de perdas significativas nas trocas comerciais. Sem contar que a Zona de Livre-Comércio destruirá um Mercosul que é instrumento de um modelo de integração tendente a preservar a identidade e a soberania.

Fernando Henrique Cardoso tem defendido a estratégia dos círculos concêntricos, Brasília, Mercosul, Comunidade Andina, Zona de livre-câmbio sul-americano), de forma a reforçar a posição do bloco constituído em torno do Brasil, face à NAFTA e a Washington, assim como a presença brasileira na cena internacional – o Brasil tem-se

esquecido da África Ocidental, sobretudo de Angola -, acompanhada pelo reforço das ligações com a Europa.

Em Abril de 2001, no Quebeque, Cardoso referiu que o Mercosul era uma “prioridade absoluta” e que a Zona Livre das Américas era uma “opção”.

É certo que a criação da ALCA passou para 2005. Mas a relação entre o Brasil e os EUA permanece conflituosa.

Kissinger, em Maio de 2001, insurgiu-se contra a “aspiração brasileira de comando” da América do Sul, o qual constitui, segundo ele, “um desafio à posição histórica dos EUA”. E denunciou a instrumentalização de um Mercosul, “mais rival que parceiro”, transformado num obstáculo à penetração dos produtos americanos, apelando a Washington para contornar a oposição de Brasília e assinar acordos bilaterais com “os seus amigos tradicionais” (Daniel Van Enewen).

CONCLUSÃO

Sendo assim, até 2005 vamos assistir a um profundo empenhamento das diplomacias nacionais, representativas das regiões em questão - América do Norte, Mercosul, União Europeia -, no sentido de afirmarem e consolidarem os seus interesses.

Até que ponto a relação UE – MERCOSUL irá permitir a multipolaridade a que os dois conjuntos aspiram?

Até que ponto o alargamento à Europa de Leste, uma prioridade da UE, não irá atenuar o seu interesse pela América Latina e pelo Mercosul em particular?

Até que ponto a crise da Argentina não vai arrefecer o interesse da EU pelo Mercosul? A solução da crise da Argentina não passará pelo seu afastamento do Mercosul como moeda de troca?

Até que ponto irá o Brasil resistir à pressão de Washginton no sentido da constituição da “América para os Americanos”, entenda-se das Américas para os Estados Unidos?

Saberá o Brasil – parafraseando o arquitecto Lúcio Costa, o autor da idéia de Brasília e um dos maiores arquitectos do século XX -, ser um país precursor? Dar o seu recado no tempo certo?

Fernando de Sousa

Professor Catedrático da Universidade do Porto